


**MARGEM COMPANHIA DE MINERAÇÃO**  
 CNPJ 06.635.659/0001-09 - ADRIANÓPOLIS - PR

Balço patrimonial em 31 de dezembro - Em milhares de reais		
	2015	2014
<b>Ativo</b>		
<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	22.643	18.183
Contas a receber (Nota 6)	5.651	248
Estoques (Nota 7)	22.175	1.936
Impostos a recuperar (Nota 8)	6.316	7.639
Outras contas a receber	792	754
	57.577	28.760
<b>Realizável a longo prazo</b>		
Impostos a recuperar (Nota 8)	18.724	14.856
Outras contas a receber	906	828
	19.630	15.684
<b>Imobilizado (Nota 9)</b>	1.134.483	946.605
<b>Intangível (Nota 10)</b>	1.529	481
	1.155.642	962.770
<b>Total do ativo</b>	1.213.219	991.530

Passivo e patrimônio líquido		
	2015	2014
<b>Circulante</b>		
Fornecedores (Nota 11)	20.717	13.408
Empréstimos, financiamentos e encargos (Nota 12)	141.195	106.249
Salários e encargos sociais	3.967	2.808
Impostos a recolher (Nota 13)	2.384	2.427
Adiantamentos partes relacionadas	1.132	11.375
Outras contas a pagar (Nota 14)	3.947	1.217
	173.342	137.484
<b>Não circulante</b>		
Empréstimos, financiamentos e encargos (Nota 12)	340.410	355.569
Empréstimos e encargos de partes relacionadas (Nota 20(d))	25.444	159.968
Impostos a recolher (Nota 13)	5.388	
Impostos diferidos (Nota 19)	29.355	65.444
Outras contas a pagar (Nota 14)	7.051	12.447
Provisão para contingências (Nota 21)	2.611	100
	410.259	593.528
	583.601	731.012
<b>Total do Passivo</b>		
<b>Patrimônio líquido (Nota 15)</b>		
Capital social integralizado	451.917	84.667
Reservas de capital	49.333	49.333
Adiantamento para futuro aumento de capital	68.250	
Ajustes de avaliação patrimonial	126.435	127.146
Prejuízos acumulados	(66.317)	(628)
<b>Total patrimônio líquido</b>	629.618	260.518
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	1.213.219	991.530

Demonstração dos resultados - Exerc. findos em 31 de dezembro		
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma		
	2015	2014
Receita de vendas e serviços (Nota 16)	106.066	5.681
Custo das vendas e serviços (Nota 17)	(94.802)	(3.369)
<b>Lucro bruto</b>	11.264	312
Despesas administrativas (Nota 17)	(11.022)	(242)
Despesas comerciais (Nota 17)	(20.340)	
Programa de particip. nos resultados (Nota 17)	(99)	(92)
Outras receitas e desp. operac., liq. (Nota 17)	(62)	(69)
<b>Prejuízo operacional</b>	(20.259)	(91)
Despesas financeiras	(82.687)	(968)
Receitas financeiras	456	1.240
<b>Despesas financ., líquidas (Nota 18)</b>	(82.231)	772
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	(102.490)	181
Imp. de renda e contrib. social (Nota 19)	36.090	(470)
<b>Prejuízo do exercício</b>	(66.400)	(289)
Ações em circulação no final do exercício (em milhares)	451.917	84.667
Prejuízo por ação básico e diluído do capital social no fim do exercício - (em Reais)	(0,1469)	(0,0034)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015**
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

**1 Informações gerais** - A Companhia tem como objeto social e atividades preponderantes a extração de calcário e detém uma mina de calcário em Adrianópolis no Estado do Paraná. A situação da Companhia abrange as regiões Sul e Sudeste do Brasil através do fornecimento de calcário para clientes e para sua controladora Supremo Cimentos S.A., sediada em Pomerode, Santa Catarina. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresenta excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes de R\$ 115.765 (31 de dezembro de 2014 - R\$ 108.724). O saldo do excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes é fator da utilização de parcela substancial dos recursos financeiros na construção da nova fábrica de cimentos, construção esta que se iniciou em 2012 e foi concluída em abril de 2015. Desde o início das obras a Companhia contratou financiamento de longo prazo, nomeadamente junto à Agência de Crédito à Exportação da Dinamarca - Ekspert Kredit Fonden (EKF) no montante de R\$ 200.500 assim como contratou uma linha de financiamento junto ao BNDES no valor de R\$ 202.500 que foi parcialmente liberado durante o exercício de 2014 e 2015. Os investimentos efetuados na construção da fábrica montam em R\$ 915.551 até 31 de dezembro de 2015. A nova fábrica entrou em operação em abril de 2015. O equilíbrio financeiro de curto prazo da Companhia será restabelecido a medida que ocorrer o recebimento dos recursos financeiros dos financiamentos de longo prazo que serão, ou já estão, contratados em 2016, a exemplo de uma nova linha de financiamento junto ao BNDES no valor de R\$ 54.260 que irá substituir o empréstimo de curto prazo com o Banco Itaú de R\$ 50.000. Também percebe-se uma maior geração operacional de caixa a partir do início da operação da nova planta que ocorreu em abril de 2015. Essa modificação no perfil do endividamento bancário da Companhia, transferindo empréstimos de curto prazo para o longo prazo, juntamente com uma maior capacidade de geração de caixa, auxiliará a Companhia na inversão da atual condição do seu capital circulante líquido. A Companhia está em franca expansão com investimentos em ativos de alto valor agregado, demandando assim grandes volumes de recursos financeiros. Nossas fontes de recursos são através de: (i) aportes de capital e/ou mútuos de nossos controladores; (ii) financiamentos de longo prazo com instituições bancárias. A Companhia investe em produção de cimento, contribuindo para o desenvolvimento econômico do Brasil. Uma vez que os investimentos caracterizam-se como apoio à infraestrutura, acredita-se que a Companhia continuará contraindo linhas de financiamentos de longo prazo que viabilizem o seu crescimento. Atualmente o endividamento bancário de longo prazo é em grande parte com instituições bancárias que buscam o desenvolvimento do Brasil e que estão atrelados diretamente ao Governo Federal. Para necessidades de caixa de curto prazo, os controladores também realizarão empréstimos de mútuos, que poderão vir a ser transformados em aporte de capital. Adicionalmente a Companhia poderá recorrer a empréstimos de curto prazo com instituições financeiras para cobrir necessidades de giro operacional. A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 29 de janeiro de 2016. **2 Resumo das principais políticas contábeis** - As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma. **2.1 Base de preparação e apresentação** - As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, o que inclui os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), e conforme as normas internacionais de relatórios financeiros *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A preparação destas demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. **2.2 Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimento original de até três meses que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor. **2.3 Contas a receber de clientes** - As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de calcário e cimento no curso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes são totalmente classificadas no ativo circulante, pois o prazo de recebimento é inferior a um ano. As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetivos, a menos que haja evidência de inadimplência. Quando houver indício de perda do valor recuperável (*impairment*), o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa à qual o ativo tenha sido alocado) é testado. Uma perda é reconhecida pelo valor em que o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo (ou de uma UGC), menos as despesas de venda, e o valor em uso. Para fins de avaliação de perda, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros que tenham sofrido redução são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por *impairment* na data do balanço.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma						
	Capital social	Reservas de capital	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>	84.667	49.333	-	127.438	(631)	260.807
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(289)	(289)
Realização do custo atribuído	-	-	-	(292)	292	-
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>	84.667	49.333	-	127.146	(628)	260.518
Adiantamentos para futuro aumento de capital	-	-	68.250	-	-	68.250
Aumento de capital (Nota 15 (a))	367.250	-	-	-	-	367.250
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	(66.400)	(66.400)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(711)	711	-
Realização do custo atribuído	-	-	-	(711)	711	-
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>	451.917	49.333	68.250	126.435	(66.317)	629.618

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração dos fluxos de caixa - Exerc. findos em 31 de dez.**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma		
	2015	2014
<b>Fluxos de caixa de atividades operacionais</b>		
<b>Lucro (prejuízo) antes dos impostos de renda e contribuição social</b>	(102.490)	181
Valor residual de imobilizado baixado	1.256	90
Provisão para contingências	2.511	100
Depreciação e exaustão	25.215	2.075
	(73.508)	2.446
<b>(Aumento) ou redução nos ativos</b>		
Contas a receber de clientes	(5.403)	1.287
Estoques	(20.239)	(1.751)
Impostos a recuperar	(2.346)	(12.394)
Outros ativos	(116)	(811)
<b>Aumento ou (redução) nos passivos</b>		
Fornecedores	7.309	(9.513)
Salários e encargos sociais	1.159	1.085
Impostos a recolher	5.439	1.451
Outras contas a pagar	(13.616)	17.723
<b>Caixa gerado (usado) pelas atividades operac.</b>	(101.521)	(477)
Imposto de renda e contribuição social pago	(334)	
Juros pagos	(73.415)	(33.189)
<b>Caixa líquido (usado) pelas atividades operacionais</b>	(174.936)	(35.000)
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		
Aquisição de ativo imobilizado	(200.629)	(357.438)
Aquisição de ativo intangível	(562)	(298)
<b>Caixa líquido usado nas atividades de invest.</b>	(201.191)	(357.736)
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
Empréstimos e financiamentos tomados	109.056	303.800
Pagamentos de empréstimos	(30.152)	(130.000)
Mútuos/investimentos partes relacionadas	(133.817)	149.000
Aumento de capital	367.250	
Adiantamento para futuro aumento de capital	68.250	
<b>Caixa liq. gerado pelas atividades de financ.</b>	380.587	302.803
<b>Aumento (redução) de caixa e equiv. de caixa</b>	4.460	(86.933)
<b>Caixa e equiv. de caixa no início do exercício</b>	18.183	105.116
<b>Caixa e equiv. de caixa no final do exercício</b>	22.643	18.183

inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como o valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros no valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem. **2.4.3 Compensação de instrumentos financeiros** - Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.4.4 Impairment de ativos financeiros** - A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda têm um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. O montante da perda por *impairment* mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. A Companhia não identifica nem atribui *impairment* para o qual deve reconhecer provisão para redução ao valor recuperável. **2.5 Estoques** - Os estoques demonstrados ao custo ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método do custo médio ponderado. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado menos custos para concluir e vender. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, embalagem, outros custos diretos e indiretos de produção (com base na capacidade operacional normal). **2.6 Imobilizado** - Os itens do imobilizado são demonstrados pelo custo histórico menos o valor da depreciação e de qualquer valor não recuperável acumulado. O custo histórico foi ajustado para refletir o custo atribuído dos terrenos e jazidas minerais na data de transição para adoção dos CPCs. O custo histórico inclui os custos com financiamento relacionados com a construção de edificações, custos com obtenção de autorizações de operação junto aos órgãos ambientais e gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração. A Companhia inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. O valor contábil das peças substituídas é baixado e todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos. Quando da comprovação efetiva da viabilidade econômica da exploração comercial de determinada jazida, os correspondentes gastos com estudos e pesquisas minerais incorridos são capitalizados como custo de formação da mina. Os custos com a aquisição de direitos de exploração de minas são capitalizados e amortizados com base na exaustão de minas. Após o início da fase produtiva da mina, esses gastos são amortizados e tratados como custo de produção. A exaustão de recursos minerais é calculada com base na vida útil econômica estimada que reflete a expectativa da quantidade de minério a ser extraído. Os terrenos não são depreciados. A amortização da jazida e do custo com o seu decapamento são feitas em função da quantidade anual extraída (exaustão) de minério. A depreciação de outros ativos é calculada com base no método linear para reduzir seu custo ao valor realizável através de suas vidas úteis econômicas, que é estimada como segue: Edificações - 40 anos. Jazidas minerais - 44 anos. Outros - 5-10 anos. Máquinas e equipamentos - 18-25-30 anos. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado. A Companhia não tem ativos de longo prazo que esperam abandonar ou alienar e que exigiram a constituição de provisão para obrigações por descontinuação de ativos. **2.7 Intangível** Compreende custos incorridos para adquirir e preparar os softwares para sua utilização. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimável de cinco anos a partir da data de início de sua utilização. **2.8 Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros, exceto estoques** - Os ativos sujeitos a depreciação ou amortização são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (*impairment*), o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa à qual o ativo tenha sido alocado) é testado. Uma perda é reconhecida pelo valor em que o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo (ou de uma UGC), menos as despesas de venda, e o valor em uso. Para fins de avaliação de perda, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros que tenham sofrido redução são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por *impairment* na data do balanço.

**2.9 Fornecedores** - As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo integralmente classificados como passivo circulante pois o pagamento é devido no período de até um ano. Elas são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. **2.10 Empréstimos e financiamentos** - Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que se tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço patrimonial. **2.11 Capital social** - É representado exclusivamente por ações ordinárias que são classificadas no patrimônio líquido. **2.12 Reconhecimento da receita** - A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos. A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e (iii) critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. **(a) Venda de produtos** - O reconhecimento da receita baseia-se na venda de produto, calcário. As vendas são feitas substancialmente a prazo, com prazo médio para recebimentos de 30 dias. Essas vendas são reconhecidas, em geral, quando os riscos sobre os produtos são transferidos para os clientes, o que acontece substancialmente quando os produtos são disponibilizados ao transportador. **(b) Receita financeira** - A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva. **2.13 Provisões** - As provisões para recuperação ambiental, custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquida-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.14 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido** - As despesas fiscais do exercício compreendem o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Os encargos do imposto de renda e da contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. O imposto de renda e contribuição social diferidos são decorrentes da aplicação inicial dos CPCs, relacionados ao ajuste de avaliação patrimonial dos terrenos e jazidas minerais. A realização dos impostos diferidos dar-se-á na medida em que os ativos forem sendo realizados (depreciados ou exauridos, vendidos ou baixados). **2.15 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor** - A seguinte nova norma, alteração e interpretação de normas foi emitida pelo IASB mas não está em vigor para o exercício de 2015. A adoção antecipada dessa norma, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" - Essa nova norma trata os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2017 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção. IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece três principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traz, ainda, um novo modelo de perdas de crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O IFRS 9 aborda as exigências de efetividade do *hedge*, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de *hedge* e que o índice de *hedge* seja o mesmo que aquele que a administração de fato usa para fins de gestão do risco. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018. IAS 16 e IAS 41 - "Ativo Imobilizado e ativo biológico" - Esta alteração requer que ativos biológicos relacionados com atividades agrícolas sejam mensurados ao valor

**9 Imobilizado**

	Terrenos	Jazidas Minerais	Edifícios	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos - Transporte	Veículos	Outros	Imobilizado em Andamento	Total
<b>Custo</b>									
Em 1º de janeiro de 2014	8.797	189.585	849	7.824	6.718	797	2.258	312.739	529.567
Adições	615		7	44	2.458	403	1.215	418.219	422.961
Transferência	-	-	-	-	-	(123)	-	-	(123)
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>	9.412	189.585	856	7.868	9.176	1.077	3.473	730.958	952.405
Adições	3.486		2.538	24.916	1.510	1.163	214.837	182.224	214.837
Baixas	-	-	(6)	(343)	(67)	-	-	(861)	(1.283)
Transferência	-	-	315.861	551.286	-	531	-	(880.795)	(881)
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>	25.134	189.585	319.249	583.727	9.619	1.077	5.161	31.526	1.165.078
Depreciação e exaustão acumulados									
Em 1º de janeiro de 2014	(1.982)	(91)	(696)	(507)	(752)	(177)	(134)	-	(3.832)
Depreciação e exaustão	(447)	(48)	(48)	(507)	(623)	(175)	(202)	-	(2.002)
Baixa por alienação	-	-	-	-	-	33	-	-	33
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>	(2.429)	(139)	(1.203)	(1.014)	(1.375)	(319)	(336)	-	(5.801)
Depreciação e exaustão	(1.088)	(3.973)	(18.137)	(18.137)	(866)	(213)	(543)	-	(24.820)
Baixa por alienação	-	-	12	13	-	-	-	-	25
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>	(3.517)	(4.112)	(19.328)	(19.328)	(2.228)	(532)	(878)	-	(30.595

**Continuação**

**12 (b) Empréstimos e financiamentos líquidos dos encargos**

O montante da dívida líquida de encargos para cada empréstimo está apresentado abaixo:

Modalidade	Encargos anuais	Vencimento Final	Circulante		Não circulante		Passivo Total	
			2015	2014	2015	2014	2015	2014
Finame	Taxa fixa ou TJLP	2017	469	469	452	921	921	1.390
EKF/ELO	CDI	2025	20.050	10.025	170.425	190.475	190.475	200.500
Leasing	TJLP	2016	56	63		55	56	118
BNDES	DI	2021	40.925	15.622	183.925	181.647	224.850	197.269
Capital de Giro	DI	2014	66.000	66.000			66.000	66.000
Total			127.500	92.179	354.802	373.098	482.302	465.277

Financiamento de Máquinas e Equipamentos (FINAME). Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Depósito Interbancário (DI). Em 16 de outubro de 2013, a Companhia celebrou contrato de financiamento de longo-prazo com o Eksportlaa-neordningen (ELO) da agência de crédito à exportação da Dinamarca (EksportKreditFonden ou EKF). "Financiamento EKF/ELO", tendo o principal, no valor de R\$ 200.500 sendo liberado em 30 de outubro de 2013. Trata-se de financiamento com parcelas semestrais do principal pagáveis, a partir de julho de 2015 e até janeiro de 2025. Em 29 de novembro de 2013, a Companhia firmou contrato de financiamento de longo-prazo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) no valor de R\$ 202.500. Em 2014 foi liberado R\$ 190.803 em 2015 foi liberado mais R\$ 9.400 e a administração da empresa espera utilizar o saldo remanescente no decorrer do ano e 2016. Este financiamento tem o prazo total de 7,5 anos incluindo 1,5 anos de carência. Adicionalmente, no final de 2015 a Companhia firmou um novo contrato de financiamento de longo prazo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) no valor de R\$ 54.261 cuja a expectativa de liberação do recurso ocorra ainda na 1ª semestre de 2016. Este financiamento de o prazo total de 5 anos para liquidação. Os empréstimos e financiamentos com taxas variáveis estão indexados à taxa CDI ou TJLP acrescidos por taxa spread, estão também garantidos nomeadamente por ativos reais, incluindo terrenos, edifícios, equipamentos, equipamentos de transporte e veículos, até o limite do saldo devedor todos de posse da Companhia. A Companhia possui contratos de empréstimos com cláusulas restritivas para cumprimento de determinados indicadores econômicos e financeiros (covenants). O não cumprimento desses indicadores financeiros pode implicar o vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2015, todos os indicadores foram cumpridos. Com relação ao Custo com Captação de Recursos, em 31 de dezembro de 2015 a Companhia tem reconhecido contabilmente o valor de R\$ 14.392 (R\$ 17.529 em 31/12/2014), como redutora da dívida financeira, oriundo dos custos com a captação de financiamentos para a nova fábrica de cimento. Estes custos foram capitalizados ao Ativo Imobilizado até março de 2015, a partir de abril de 2015, com a conclusão da construção do ativo, estes custos amortizados compõem o resultado através da rubrica despesas financeiras, a uma taxa efetiva de 2% a.a., conforme estabelece o Pronunciamento Técnico Contábil CPC 20 combinado com pronunciamiento Técnico Contábil CPC 08. O cronograma dos vencimentos das parcelas de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2015 é demonstrado a seguir:

Vencimento das parcelas	Valores em R\$	Percentual
Um ano (2016)	141.195	29%
Dois anos (2017)	60.600	13%
Três anos (2018)	60.148	12%
Quatro anos (2019)	60.148	12%
Maior ou igual a cinco anos (2020 e seguintes)	159.514	34%
	481.605	100%

**13 Impostos a recolher**

	2015	2014
Paraná Competitivo (*)	5.388	515
Imposto sobre Circulação de Merc. e Serviços (ICMS)	1.446	999
Imposto Sobre Serviços (Retenção ISSQN)	143	677
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	474	477
Outros (CFEM, CSRF, INSS)	321	736
	7.772	2.427
Passivo circulante	2.384	2.427
Passivo não circulante	5.388	

(\*) O saldo refere-se a ICMS a recolher relativo ao benefício fiscal do Paraná Competitivo que posterga o recolhimento do tributo para 96 meses, cuja postergação iniciou em agosto de 2015.

**14 Outras contas a pagar**

	2015	2014
Passivo circulante		
Outras conta a pagar (i)	3.947	1.217
Passivo não circulante		
Depósitos Judiciais Cíveis	820	820
Outras contas a pagar de longo prazo (ii)	6.204	11.602
Provisão para compensação ambiental	27	25
Total passivo não circulante	7.051	12.447

(i) O saldo de outras contas a pagar no passivo circulante contém provisões de pagamentos de despesas operacionais (provisão de energia elétrica, provisão de fretes sobre compras e sobre vendas, provisão de aquisição de produtos ou serviços recebidos no mês cuja notas fiscais não foram escrituradas). (ii) Refere-se a uma provisão dos tributos que incidirão sobre o serviço de assistência técnica na implantação da nova fábrica efetuado por parte relacionada. **15 Patrimônio líquido - (a) Capital social** - Em 31 de dezembro de 2015 capital social subscrito e integralizado é de R\$ 451.917 e representado por 451.917 ações ordinárias nominativas, todas emitidas ao valor nominal de R\$ 1,00 por ação as quais são todas de propriedade da Supremo Cimentos S.A. Em 29 de agosto de 2015 a controladora Supremo Cimentos S/A aumentou o capital da Companhia em R\$ 367.250, através da emissão de 225.958 ações preferenciais e 141.292 ações ordinárias, todas emitidas a valor nominal R\$ 1,00 por ação. **(b) Reserva de capital** - Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de setembro de 2013, o capital social subscrito da Companhia foi elevado de 60.000 para R\$ 84.667 através da emissão de 24.667 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal pagando-se o valor total de R\$ 74.000. O valor excedente em relação a integralização das novas ações, qual seja, R\$ 49.333 representa ágio na emissão de ações e foi registrado na conta de Reserva de Capital. **(c) Adiantamento para futuro aumento de capital** - O saldo de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital no valor de R\$ 68.250 serão convertidos e capital social de acordo com a estratégia da Companhia, devendo ocorrer durante o primeiro semestre de 2016. **(d) Reserva de lucros** - Nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76 a Companhia deverá constituir reserva legal à razão de 5% do lucro líquido do exercício, após compensações com prejuízos acumulados, e o saldo da reserva não deverá exceder a 20% do capital social. **(e) Prejuízo por ação** - O prejuízo básico por ações é calculado mediante divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da sociedade pela quantidade de ações em circulação no final dos exercícios. Não há instrumentos de patrimônio que possam gerar a diluição do prejuízo por ação. Portanto, o prejuízo por ação básico é igual ao diluído.

	2015	2014
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(66.400)	(289)
Ações em circulação no final do exercício	451.917	84.667
Prejuízo básico por ações no final do exercício	(0,1469)	(0,0034)

**(f) Justa de avaliação patrimonial** - A Companhia reconhece nessa rubrica a contrapartida do custo atribuído do ativo imobilizado registrado quando da adoção do CPCs. Sua realização se dá na proporção da depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens do ativo imobilizado, que é registrada contra lucros acumulados.

**16 Receitas de vendas**

	2015	2014
Receita bruta de vendas	147.766	4.767
Calcário	595	4.453
Cimento	127.073	
Clinquer	18.764	
Receitas diversas	1.334	314
Impostos incidentes sobre vendas e devoluções	(41.700)	(1.086)
	106.066	3.681

**17 Despesas por natureza**

	2015	2014
Matéria-prima e materiais	(17.730)	(2.315)
Gastos com pessoal	(24.752)	(19.573)
Depreciação e exaustão (*)	(21.539)	(2.075)
Serviços profissionais de terceiros	(15.728)	(1.336)
Energia elétrica	(15.368)	(161)
Combustíveis e lubrificantes	(18.567)	
Embalagens e armazenamento	(3.826)	
Manutenção	(3.547)	
Outras despesas administrativa	(6.558)	(2.502)
Outras despesas receitas operacionais	(7.614)	
Custo capitalizado no imobilizado	6.923	22.454
Varição da produção	1.981	1.736
	(126.325)	(3.772)

Classificadas como:

	2015	2014
Custo produtos vendidos	(94.802)	(3.369)
Despesas administrativas	(11.022)	(242)
Despesas comerciais	(20.340)	
Programa de participação nos resultados	(99)	(92)
Outras despesas operacionais líquidas	(62)	(69)
	(126.325)	(3.772)

(\*) Os valores apresentados de depreciação e exaustão nesta nota estão líquidos dos créditos tributários do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). **18 Receitas e despesas financeiras**

	2015	2014
Despesa de juros sobre empréstimos	(47.150)	(436)
Despesas de juros pagos a fornecedor	(856)	(173)
Varição cambial passiva líquida	(21.843)	(175)
Outras despesas financeiras	(12.838)	(184)
Despesas financeiras	(82.687)	(968)
Receita de aplicação financeira	140	518
Descontos obtidos	163	113
Atualização de tributos a compensar	152	326
Outras receitas financeiras	1	283
Receitas financeiras	456	1.240
Despesas financeiras, líquidas	(82.231)	(272)

**19 Imposto de renda e contribuição social**

	2015	2014
<b>(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos</b>		
Ativo		
Prejuízos fiscais e base negativa de contrib. social	33.488	753
Diferenças temporárias sobre apuração (provisões, variações cambiais)	9.696	
	43.184	753
Passivo		
Custo atribuído do ativo imobilizado	(65.133)	(65.499)
Diferenças temporárias sobre apuração (diferença entre depreciação fiscal e vida útil)	(7.406)	(698)
	(72.539)	(66.197)
Imposto de renda e contrib. social diferidos, líquido	(29.355)	(65.444)

Baseado na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, suportado por estudos técnicos preparados pela administração, foram constituídos créditos tributários diferidos ativos sobre saldos acumulados de prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias. O início da produção e venda de cimentos esperado para o ano de 2015 deverá contribuir para a utilização dos referidos créditos tributários em um período estimado até o ano 2021. **(b) Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social** - A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2015	2014
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(102.490)	181
Alíquota nominal	34%	34%
Encargo fiscal pela alíquota nominal	34.846	62
Efeito fiscal sobre as adições e exclusões Permanentes	(61)	(60)
Despesas, doações e multas indutíveis	1.305	(472)
Efeito da variação cambial líquida	(36.090)	(470)
Imposto de renda e contribuição social - diferido		
Imposto de renda e contribuição social - corrente		
Efeito dos impostos no resultado	36.090	(470)

**20 Transações comerciais relacionadas** - As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas: **(a) Venda de produtos**

	2015	2014
Vendas de produtos (receitas líquidas)		
Supremo Cimentos S.A.	39.363	1.530

As vendas são realizadas com base na tabela de vendas vigente na data da transação com prazo médio de recebimento de 28 dias.

	2015	2014
<b>(b) Saldos do fim do exercício</b>		
Contas a receber		
Grupo SEMAPA	16	
Supremo Cimentos S.A.	208	16
	224	16

	2015	2014
Contas a pagar		
Grupo SEMAPA	12.155	711
Supremo Cimentos S.A. (Fornecimento operacional)	25.444	159.968
Supremo Cimentos S.A. (Mútuo)	1.132	11.375
Supremo Cimentos S.A. (Adiantamento operacional)	38.731	172.054

**(c) Remuneração do pessoal-chave da administração** - A Companhia incorreu em remunerações e encargos da sua administração no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 totalizando um montante de R\$ 1.480 (R\$ 1.349 em 2014). **(d) Empréstimos partes relacionadas** - A Companhia possui contrato de Mútuo com sua acionista Supremo Cimentos S/A no montante de R\$ 300.018, que em 1º de julho de 2015 foram convertidos em adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) e em agosto de 2015 o saldo de AFAC foi utilização para aumento de capital social através de Assembleia Geral Extraordinária. Em 31 de dezembro de 2015 o saldo de mútuo com a acionista Supremo Cimentos S/A é no montante de R\$ 25.444 contratados em dezembro de 2015. **21 Contingências** - A Companhia está envolvida em processos Cíveis e Trabalhistas em andamento, e estão discutindo estas questões na esfera administrativa bem como judicial. Quando aplicável, foram efetuados depósitos judiciais para fazer frente à parte das obrigações. Para aquelas ações cujas probabilidades de perdas, com base na opinião dos seus advogados, foram consideradas prováveis, a administração reconheceu

provisão para contingências conforme apresentado a seguir:

	2015	2014
Contingências prováveis		
Cíveis	2.378	100
Tributária	233	
	2.611	100

Contingências cíveis - as principais ações estão relacionadas a reclamações sobre danos materiais e/ou morais e processo relacionados a contratos com prestadoras de serviços contratados para construção da nova fábrica em Adrianópolis. Contingência Tributária - refere-se a provisão de multa por entrega em atrasado da declaração SISCOSEVI - Sistema Integrado de Comércio Exterior, Intangível e Outras Operações que produzem Variação no Patrimônio. Importante ressaltar que a companhia possui parecer jurídico com entendimento de que a aplicação da multa é inconstitucional. Para aquelas ações cujos riscos de perdas foram avaliados como possíveis, a Companhia não constituiu provisão para contingências. A posição das contingências possíveis pode ser assim apresentada:

	2015	2014
Contingências possíveis		
Cíveis	450	200
Trabalhista	1.073	1.145
	1.523	1.345

**22 Gerenciamento do risco financeiro - 22.1 Fatores de risco financeiro**

A Diretoria tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e se reporta regularmente ao Conselho de Administração. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos, para definir limites e controles e para monitorar riscos e aderência aos limites. Essas políticas são revisadas frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia que, através de suas normas e procedimentos de gerenciamento, desenvolve um ambiente de controle disciplinado e construtivo. A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: Risco de crédito, Risco de liquidez, Risco de mercado. Essa nota apresenta informações sobre os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, o gerenciamento de capital e a exposição a cada um dos riscos supramencionados. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras da Companhia. **(a) Risco de crédito** - Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e de aplicações financeiras. **(i) Aplicações financeira** A Companhia limita sua exposição a riscos de crédito ao investir apenas em aplicações de renda fixa. A administração monitora ativamente as classificações de créditos e, uma vez que a Companhia tenha investido apenas em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) emitidos por instituições financeiras de primeira linha. Não se espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações. **(ii) Contas a receber de clientes e outros créditos** - A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes e outros créditos e investimentos. A administração da Companhia gerencia o risco de crédito através de análises da razoabilidade dos limites de créditos atribuídos aos seus clientes, o que leva em conta a análise da situação econômica e financeira dos mesmos e o histórico de inadimplência. **(b) Risco de liquidez** - Risco de liquidez é o risco da Companhia encontrar dificuldades de cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros, os quais são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre possua liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais ou em decorrência de descausamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos, sem causar perdas inaceitáveis ou riscos de prejuízo à reputação da Companhia. A administração da Companhia gerencia o risco de liquidez através de monitoramento do fluxo de caixa das atividades operacionais, de investimentos e de financiamento, buscando quando necessário, alternativas para obtenção de recursos financeiros junto aos acionistas ou através de recursos de terceiros. A fim de equalizar a situação de capital circulante líquido negativo, a administração vem negociando o alongamento do perfil da dívida junto a instituições financeiras. A seguir, estão as exposições contratuais de passivos financeiros.

	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	De 2 anos em diante	Total
Em 31 de dezembro de 2015				
Fornecedores	20.717			20.717
Empréstimos e financiamentos	141.195	60.600	279.810	481.605
Empréstimos partes relacionadas		25.444		25.444
Outras contas a pagar	3.947	7.051		10.998
	165.859	93.095	279.810	538.764

	2015	2014
Em 31 de dezembro de 2014		
Fornecedores	13.408	13.408
Empréstimos e financiamentos	106.249	52.401
Empréstimos partes relacionadas	117.968	42.000
Outras contas a pagar	1.217	12.447
	120.874	182.816

**(c) Risco de mercado** - Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, influenciem nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é acompanhar e controlar as exposições desses riscos, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno. **(f) Risco cambial** - A Companhia está sujeita ao risco de moeda nas compras de produtos para revendas denominados em uma moeda diferente das respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia, em sua grande maioria o real (R\$), mas também em dólares americanos (USD). Com relação a outros ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, a Companhia atua para que sua exposição líquida seja mantida em um nível aceitável de acordo com as políticas e limites definidos pela administração. A Companhia não realiza operações com instrumentos financeiros derivativos visando proteger-se contra oscilações nas taxas de câmbio. A seguir demonstramos a exposição cambial líquida em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 referentes aos ativos e passivos denominados em dólar americano:

	2015	2014
	RS	US
Ativos		
Caixas e equivalentes de caixa	1.546	396
Passivos		
Fornecedores	(193)	(49)
Empréstimos e Financiamentos (BNDES)	(102.185)	(26.169)
Exposição cambial líquida Passiva	(100.832)	(25.822)
Ativos		
Caixas e equivalentes de caixa	13.864	5.220
Passivos		
Fornecedores	(773)	(291)
Empréstimos e Financiamentos (BNDES)	(58.834)	(22.150)
Exposição cambial líquida Ativa	(45.743)	(17.221)

**(ii) Risco de taxa de juros** - A Companhia e suas controladas estão expostas à taxas de juros variáveis. A administração monitora periodicamente o desempenho das taxas de juros a fim de tomar decisões visando proteger o seu fluxo de caixa. A Companhia não realiza operações com instrumentos financeiros derivativos visando proteger-se contra oscilações nas taxas de juros. Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros da Companhia, remunerados por juros com taxas variáveis, era composto por:

	2015	2014
Valor contábil		
Ativos financeiros		
Aplicações financeiras (CDI)	20.163	4.213
Passivos financeiros		
Empréstimos Longo prazo (CDI)	339.958	354.593
Empréstimos e financiamentos curto prazo (CDI)	140.667	105.714
Empréstimos partes relacionadas	25.444	159.968
	526.232	624.488

As aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários possuem liquidez atrelada a variação de 80% a 100% do CDI (Certificado de Depósitos Interbancários). **22.2 Gestão de capital** - A política da administração é manter uma sólida base de capital para assegurar a confiança do acionista, credores, mercado e garantir a continuidade do desenvolvimento futuro do negócio. Adota-se como prática, uma posição de capital equilibrada e segura, mantendo níveis de empréstimos necessários com posições de aplicação que combinem retorno satisfatório e baixo risco. A administração monitora a gestão de capital através de análises de índices de alavancagem financeira, e quando necessário, realiza negociações com instituições financeiras para promover o alongamento do perfil da dívida e junto aos acionistas para obter incrementos de capital social.

|--|